

Estados devem ter prazo para alterar previdência dos servidores

Governo Michel Temer quer propor prazo de seis meses para estados e municípios aprovarem suas próprias mudanças para o regime dos servidores públicos, caso contrário, valerão as mesmas regras para os servidores federais

MONIQUE AZEREDO

Após anunciar a retirada de servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência, o governo voltou atrás e os incluiu novamente. A proposta do governo é apresentar uma emenda estabelecendo que estados e municípios terão período de seis meses para aprovar novas regras de

aposentadoria dos seus regimes próprios. Após o vencimento do prazo, se não conseguirem fazer alterações, valerão as novas regras impostas aos funcionários públicos federais.

Para Luis Eduardo Afonso, economista da FEA/USP, o governo está descentralizando essa decisão. O especialista chama a atenção para a importância de haver uma regulação

do que estados e municípios podem ou não fazer para caracterizar uma reforma. “Precisamos ver o que estados e municípios vão de fato poder alterar, essa é a preocupação. Se não ficar bem definido, pode virar uma caixa de pandora e sair qualquer coisa no final”, alerta.

Até o momento, o que se sabe é que antes de encaminhar propostas às Assembleias Legislativas, os governadores deverão obter o aval da União, que vai analisar se as regras estão alinhadas à reforma aprovada. Uma das regras que deve valer para todos é a exigência da idade mínima de 65 anos.

“É preciso estar claro que tipo de reforma os entes estaduais e municipais devem aprovar para não ficarem sujeitos às regras federais. Vai poder mexer na questão da igualdade de gênero, de regra de transição, na forma de cálculo de benefício? Esses parâmetros devem estar bem definidos”, destaca. Afonso acrescenta que a reforma da previdência não se resolve através de uma forma binária, mas que precisa de uma escolha de parâmetros consistentes.

Segundo o economista, o governo jogou a responsabilidade para estados e municípios, que deverão tomar sua própria iniciativa para fazer suas reformas, por isso, o risco é cada ente aprovar mudanças cosméticas. Com



Luis Eduardo Afonso, economista da FEA/USP: é importante definir o que os estados e municípios poderão de fato alterar. Se não ficar bem definido, pode virar uma caixa de pandora e sair qualquer coisa

Divulgação